

Nota acerca de dúvidas referentes à Resolução nº. 09/2013.

Assunto: Dúvidas da Resolução CGPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013

A Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, além de outras providências, estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar que quiserem solicitar a autorização prévia da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC para a manutenção no plano de benefícios de taxa real de juros igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano e superior aos limites estipulados no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012.

Relacionamos, para esclarecimento, dúvidas recepcionadas das EFPC quanto aos procedimentos que deverão ser adotados quando da elaboração dos respectivos estudos para envio à PREVIC:

- 1) *Quem deverá enviar o estudo técnico mencionado na Instrução PREVIC nº 01/2013? Esse estudo deverá ser feito por todos os planos de benefícios, independentemente da taxa de juros praticada? Ou esse estudo deverá ser feito pelos planos que estiverem, em 31/12/2013, com taxa de juros superiores a 5,75% a.a.?***

Resp.: Conforme preconiza a Instrução Previc nº 1, de 12 de abril de 2013, somente deverão encaminhar tais estudos à Previc às EFPC que quiserem manter a taxa real anual de juros dos planos em percentual superior aos limites estabelecidos na Resolução CNPC nº 09/2013, para o exercício a que se referir, para autorização prévia da Previc. Para as Demonstrações Atuariais – DA de encerramento do exercício 2012 a taxa limite estabelecida é de 6% a.a., portanto, para as EFPC que já utilizam em seus planos taxa entre 5,75% a.a. e 6% a.a. na DA de 2012, e quiserem mantê-la na avaliação atuarial de 2013, deverão solicitar autorização à Previc.

Ressaltamos que os estudos para definição de taxa real anual de juros e demais hipóteses atuariais deverão ser elaborados, na forma já prevista na legislação, Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, independentemente da solicitação de autorização à Previc.

- 2) *O relatório substanciado no item I do art. 3º da Instrução Previc nº 01/2013 deverá conter apenas a conclusão sobre o teste estatístico realizado pelo atuário? Ou***

deverá consolidar as informações exigidas na instrução, contendo análise de todas as informações encaminhadas no dossiê?

Resp.: O estudo técnico deverá ser resumido em um relatório substantiado com as demais informações solicitadas, planilhas e demonstrações. Assim, entendemos que esse relatório deverá conter não somente uma conclusão, mas a evidenciação e demonstração da solicitação de autorização de manutenção de taxa real de juros do plano de benefícios, superior ao estabelecido em lei para o respectivo exercício.

3) O item III do artigo 3º da Instrução Previc nº 01/2013 prevê a elaboração de fluxos pelo prazo mínimo da duration. A duration do passivo ou ativo?

Resp.: É desejável que a duration do ativo seja compatível com a do passivo. Se não forem compatíveis é necessário justificar o motivo da incompatibilidade e, nesse caso, a entidade deve projetar os fluxos pela duration maior, observando o princípio do conservadorismo.

4) Para as EFPC que utilizam a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios e a utilização do fundo administrativo não são individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade, como deverá ser efetuado o preenchimento da planilha que trata o item V do Art. 3º da Instrução Previc nº 01/2013?

Resp.: Independentemente da forma de gestão de seus recursos administrativos, na elaboração da planilha, conforme orientação constante no item E do Anexo II da referida instrução, as EFPC devem segregar as despesas administrativas por plano de benefícios para o preenchimento desta tabela.

5) O estudo de aderência de que trata o inciso I do item 4.6 do art. 1º da Resolução CNPC nº 09/2012 poderá ser feito por empresa contratada para este fim ou deverá ser necessariamente preparado pelo atuário do plano de benefícios?

Esse estudo deverá ser elaborado pelo atuário responsável pelo plano de benefícios que pretende manter a taxa de juros praticada. Este profissional poderá se basear em informações de outras áreas ou estudos de aderência já elaborados, tais como ALM e LDI, independentemente de por quem foi feito, se pelo atuário responsável pelo plano ou empresa contratada para este fim, sendo que as informações de investimentos são de responsabilidade do AETQ da EFPC.

É importante salientar ainda que o objetivo da norma não é de criar retrabalho, mas sim qualificar as informações. Dessa forma, para esse estudo referido no item 4.6 do art. 1º da Resolução CNPC nº 09/2012, o atuário deverá ter por observância os estudos já existentes para os planos nas EFPC que, por considerar a data de 31 de dezembro do exercício social anterior ao ano da solicitação (Art. 3º. § 1º da Instrução PREVIC nº 01/2013), já estão contemplados tanto do ponto de vista atuarial quanto de investimento quando do fechamento da Avaliação Atuarial anual, não necessitando

serem refeitos “novos” estudos, salvo se o atuário entender que não atendem aos requisitos técnicos exigidos, devendo portanto justificativa técnica.